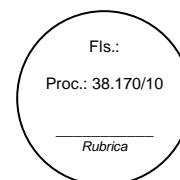




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- AZ/LV/LA



**Processo nº:** 38.170/10 (a)

**Apenso nº:** 010.001.574/06

**Origem:** Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF

**Assunto:** Tomada de Contas Especial

**Órgão Técnico:** Secretaria de Contas

**MP:** Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

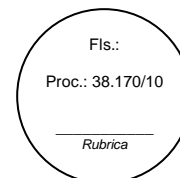
**Sessão:** Pauta nº 02, S.O. nº 4659, de 21.1.2014

**Publicação:** DODF nº 15, de 20.1.2014, pág. 16/17

**Ementa:** Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte a servidor militar, em razão da passagem para a inatividade. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL foi determinada a citação dos responsáveis (Decisão nº 1.997/12-CSPM). Apresentação de defesas. PARECERES DIVERGENTES. A Instrução propõe a improcedência das defesas, a cientificação do beneficiário com o pagamento irregular para recolher o débito apurado nos autos, a aplicação das penalidades de multa e de inabilitação para o exercício de cargo de confiança ao servidor militar beneficiário e ao ex-Diretor-Substituto de Inativos e Pensionistas e que se deixe de aplicar esta penalidade ao ex-Comandante-Geral por ter sido estas propostas feitas em outros processos. O Ministério Público opina pela imputação da solidária do débito e pela aplicação das penalidades de multa e de inabilitação para o exercício de cargo de confiança aos servidores militares. VOTO de acordo com os termos do atual entendimento da Corte no sentido da uniformização pela irregularidade das contas e imputação de débito ao beneficiário com o pagamento indevido. Lavratura de acórdãos.

## RELATÓRIO

Na Sessão Ordinária de 15 de maio de 2001, ao apreciar a Auditoria de Regularidade realizada na área de pessoal do Corpo de



Bombeiros Militar do DF, o Tribunal proferiu a Decisão nº 3.186/01-CJEB, na qual entre outras determinações, resolveu:

**DECISÃO Nº 3.186/01**

*“[...] II - representar ao Excelentíssimo Sr. Governador do Distrito Federal quanto à necessidade de implementação das seguintes providências: a) instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos da Resolução nº 102, de 15/7/98, com a finalidade de apurar a extensão das irregularidades ocorridas na concessão e pagamento de indenização de transporte requeridas em razão de passagem para a inatividade de militares daquela Corporação, com o objetivo de identificar os responsáveis e quantificar os prejuízos ocorridos no período de 1996 a 2000; [...]*

2. Com base nessa Decisão, em abril de 2002, o Poder Executivo constituiu comissão para apurar o caso mediante o Processo nº 001.000.333/02. Posteriormente, aqueles autos foram desmembrados em 91 outros processos, o que redundou na formação de novas Comissões de Tomada de Contas Especial, uma para cada caso (Decreto nº 28.156, de 25 de julho de 2007).

3. Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte ao CBM Ref. Luís Cláudio Rodrigues da Silva, em razão da sua passagem para a inatividade.

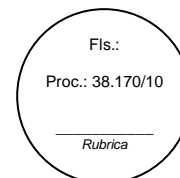
4. A Comissão de Tomada de Contas Especial (fls. 153/171 do processo apenso), verificando que o servidor militar não realizou a mudança de domicílio, imputou-lhe a responsabilidade pelo ressarcimento do prejuízo apurado, no valor de R\$ 17.298,76 (valor original).

5. O Controle Interno emitiu o Certificado de Auditoria nº 087/10 – CONTROLADORIA (fl. 210 do processo apenso) para considerar irregulares as presentes contas especiais.

6. Na Sessão de 3.5.12, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, proferiu a Decisão nº 1.997/12 (fls. 25/26), **in verbis**:

**DECISÃO Nº 1.997/2012-CSPM**

*“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento da tomada de contas especial em exame; II. relevar o atraso apontado pela instrução; III. com base no art. 13, inciso II, da LC nº 1/94, ordenar a citação do militar CBM Ref. Luis Cláudio Rodrigues da Silva e dos militares Jorge do Carmo Pimentel e Kleber Francisco de O. Correia, Comandante-Geral do CBMDF e Diretor de Inativos e Pensionistas daquela Corporação, à época dos fatos*



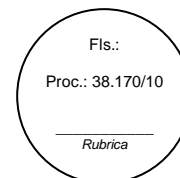
*narrados nos autos, respectivamente, para apresentarem, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa quanto à concessão indevida de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade, que enseja o julgamento das contas como irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, "b" e "d", c/c o art. 20 da LC nº 1/94, recaindo sobre si a responsabilidade de ressarcir ao erário, solidariamente, o valor do débito atualizado no total de R\$ 94.834,81 (apurado em 29.4.2011), bem como a aplicação da multa prevista no art. 56 da LC nº 1/94 e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, prevista no art. 60 da LC nº 1/94; IV. autorizar: a) o encaminhamento de cópia dos autos ao CBMDF, determinando a instauração de procedimento disciplinar, seja sindicância ou inquérito administrativo, em razão das irregularidades cometidas pelos militares Luis Cláudio Rodrigues da Silva, Jorge do Carmo Pimentel e Kleber Francisco de O. Correia; b) o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, em face da Promotoria de Justiça Militar, para os devidos fins; c) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para os fins pertinentes. Parcialmente vencidos os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, que seguiu o voto do Relator, à exceção da possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 60 da LC nº 1/94, e ANILCEIA MACHADO, que votou pela audiência prévia apenas do militar beneficiado."*

7. Efetuadas as comunicações devidas, o QOBM R.Rm Jorge do Carmo Pimentel, Ten-Cel QOBM R.Rm Kleber Francisco de Oliveira Correia e CBM Ref. Luís Cláudio Rodrigues da Silva apresentaram, respectivamente, as razões de defesa de fls. 37/47, 82/91 e 92/106.

## MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

8. A Instrução analisa o mérito das defesas apresentadas nos termos seguintes:

*"3. O Cel. QOBM R.Rm Jorge do Carmo Pimentel, o Ten-Cel QOBM R.Rm Kleber Francisco de Oliveira Correia e o CBM Ref. Luis Cláudio Rodrigues da Silva foram efetivamente citados por meio das Citações nºs 307, 308 e 309/2012 – SECONT/GAB, às fls.31/32 e 36. Em face do item III da decisão retro, o primeiro e o segundo apresentaram, tempestivamente, as peças denominadas "Razões de Justificativa", fls. 37/47 e anexos de fls. 48/81, e "Razões de Defesa", fls. 82/86 e anexos de fls. 87/91, as quais em virtude de seus conteúdos e em homenagem ao princípio da ampla defesa e do contraditório, entendemos que podem ser conhecidas pelo Tribunal como "Defesas". Por sua vez o terceiro apresentou, tempestivamente, defesa às fls. 92/106.*



4. Para dar cumprimento à referida decisão foram, ainda, encaminhados os Ofícios nºs 2917 e 2918/2012-GP ao CBMDF e à Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, v. fls. 27/28, em atendimento às alíneas “a” e “b” do item IV da Decisão nº 1.997/2012.

5. Cumpre observar que, no que se refere à alínea “a” do item IV, não houve apresentação por parte da corporação militar de abertura de processo disciplinar ou sindicância para apuração das irregularidades apontadas e imputadas aos militares indicados neste processo. A mesma inércia foi observada nos Processos nºs 33461/2010 e 20291/2011, nos quais, mediante o item V das Decisões nºs 5830/2012 e 5843/2012, respectivamente, este Tribunal reiterou ao CBMDF a necessidade de abertura de processo disciplinar, seja sindicância ou inquérito administrativo. Nesse sentido, entendemos que nestes autos deve ser adotado posicionamento análogo.

### **I – Das Defesas**

**I.1 - Do Cel. QOBM R.Rm Jorge do Carmo Pimentel – fls. 37/47 e anexos de fls. 48/81.**

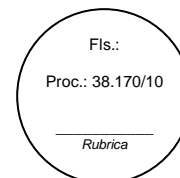
**a) Alegação:** Primeiramente, o defendente expressa seu repúdio à conclusão do relatório elaborado pela Comissão de Tomada de Contas Especial, por considerar que houve afronta à Decisão nº 3.186/2001-TCDF no que se refere ao fato de que, embora fosse o ordenador de despesa e ex-Comandante-Geral que concedeu e determinou o pagamento da indenização requerida, não teve a oportunidade de prestar esclarecimentos nem constituir provas documentais e testemunhais.

Transcreve trecho de manifestação do Ministério Público do Estado de São Paulo que aborda o direito à ampla defesa e ao contraditório e afirma ter havido uma ação deliberada da Comissão em não interpelar, notificar ou citar o defendente, cerceando-lhe o aludido direito constitucional.

Análise: Cabe salientar que a fase interna da TCE é mero procedimento administrativo apuratório, anterior à formação plena do processo, sendo a garantia constitucional à ampla defesa e ao contraditório apenas recomendável, mas não obrigatória<sup>3</sup>. Na fase externa, que se desdobra perante o órgão julgador, após a citação válida, o responsável terá, necessariamente, assegurado tal direito, tenha ou não isso ocorrido na fase interna, pois, tecnicamente, o momento de defesa ocorre perante o Tribunal (fase externa), e não perante a comissão tomadora das contas (fase interna). No presente caso, o defendente está fazendo pleno uso do seu direito à ampla defesa e ao contraditório com a apresentação das alegações de fls. 37/47 e anexos de fls. 48/81.

---

<sup>3</sup> Decisão nº 5257/2005.



**b) Alegação:** *Afirma não terem sido encontradas nos autos provas de que o ato inicial da concessão foi ilegal, bem como não terem sido apresentadas a fundamentação legal e as provas substanciadas de como se chegou à conclusão de que “restou clara essa prática com relação aos militares Jorge do Carmo Pimentel, matrícula nº 0106-6, e Kleber Francisco de O. Correia, matrícula nº 00307-7”. Acrescenta que tampouco há a identificação da conduta omissiva da Administração do CBMDF.*

*Alega, uma vez mais, a subjetividade e a arbitrariedade com que a CTCE relatou sua conclusão, demonstrando uma grave falha processual, e reafirma que os dados colhidos pela Comissão não foram suficientes para formar “juízo tranquilo” sobre os fatos e as irregularidades em apuração. Ressalta, ainda, que o CBMDF poderia ter solicitado do militar inativo, pelo prazo de um ano, a comprovação de fixação de residência, no entanto, este prazo estaria fora da sua esfera de competência, vez que foi exonerado do cargo em 2 de janeiro de 1999, e o prazo derradeiro para comprovação seria em 23 de outubro de 1999.*

*Análise: Diferentemente do que afirma o defendente, a conclusão da CTCE sustentou-se nos elementos que compõem os autos. Conforme se depreende destes, a concessão do benefício ocorreu com base em documentos que não demonstravam a efetiva transferência de domicílio do solicitante e não houve a comprovação de fixação de residência requerida pela notificação de fl. 82\*, caracterizando a falta de cautela e atenção dos gestores na verificação da documentação apresentada inicialmente, bem como no acompanhamento do atendimento das exigências contidas na legislação por parte daquele militar.*

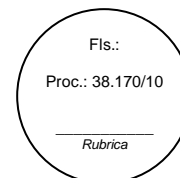
*No que tange à subjetividade e à arbitrariedade da CTCE, cabe salientar que eventuais ofensas ao direito à ampla defesa e ao contraditório cometidas na fase interna da TCE não ensejam a nulidade do processo, haja vista que, tecnicamente, o momento de defesa do responsável ocorre na fase externa, que se desdobra perante o Tribunal, onde lhe é necessariamente assegurado tal direito, sob pena de nulidade, conforme assinalado na análise da alínea “a”, retro.*

*Além disso, conforme notificação do Comandante-Geral, fl. 82\*, o militar indenizado teria que comprovar, no prazo máximo de 90 dias, a transferência de domicílio. Assim, como a suposta transferência para Tabatinga/AM ocorreu em setembro de 1998, fl. 68\*, a comprovação de mudança de domicílio deveria ter sido exigida ainda durante o período de exercício do defendente, pois conforme Informação nº 141/2001, fl. 23\*, o defendente foi Comandante-Geral da Corporação durante todo o exercício de 1998.*

---

\* Processo nº 010.001.574/2006, apenso.





*Dessa forma, não procede a alegação de que a comprovação de fixação de residência do militar estaria fora da esfera de competência do defendente por que o mesmo foi exonerado em 2 de janeiro de 1999.*

**c) Alegação:** *Transcreve trechos da Lei nº 7.435/1985, que alterou os dispositivos da Lei nº 5.906/1973, e do Decreto nº 986/1993, aplicável no Distrito Federal pelo Decreto nº 16.529/1995, aduzindo que a primeira norma não estabelecia prazo de permanência do militar que passava para a reserva remunerada no local onde fixou residência, afirmando ser a Portaria CBMDF nº 023/1995 que tinha essa função, inclusive a de regulamentar em seus artigos a forma de concessão.*

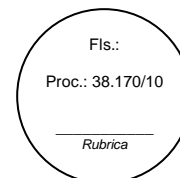
*Afirma que todos os atos praticados cumpriram rigorosamente os dispositivos legais, apesar de os documentos exigidos pela mencionada Portaria para provar a mudança de domicílio não serem hábeis para tal. Essa norma era a mesma que solicitava ao militar inativo, a qualquer tempo, pelo prazo de 01 (um) ano, a comprovação de residência, bem como a confirmação da veracidade das informações geradoras do benefício através de Corporação co-irmã da Unidade da Federação local.*

Análise: *No que tange ao cumprimento dos dispositivos legais, cabe salientar que a documentação apresentada pelo CB BM Ref. Luis Cláudio Rodrigues da Silva para obter o benefício não evidencia a efetiva mudança de domicílio. Esse militar tampouco apresentou documentos que comprovassem a fixação de residência, conforme exigência contida no termo por ele assinado (fl. 82<sup>\*</sup>). De fato, a própria Portaria nº 023/1995-CBMDF previa a solicitação da comprovação de residência, bem como a confirmação da veracidade das informações geradoras do benefício através de Corporação co-irmã da Unidade da Federação local<sup>4</sup>.*

*Nesse sentido, considerando que o defendente tomava conhecimento dos processos de indenização de transporte desde seu início, apondo seu despacho e, posteriormente, ordenando a despesa, deveria ter agido com diligência e cumprido suas obrigações com zelo pela coisa pública no sentido de obter esclarecimentos, o que, claramente, não ocorreu. Dessa forma, entendemos restar caracterizada a conduta omissiva do defendente em comprovar a autenticidade das informações prestadas pelo beneficiário e em adotar as providências e mecanismos necessários para verificar a regularidade do aludido benefício.*

<sup>\*</sup> Processo nº 010.001.574/2006, apenso.

<sup>4</sup> “V – O CBMDF poderá solicitar do militar inativo, a qualquer tempo, pelo prazo de 01 (um) ano, a comprovação de residência, bem como confirmar através de Corporação co-irmã da Unidade da Federação local, a veracidade das informações geradoras do benefício.”



*No que tange à Portaria n° 023/1995-CBMDF, a fragilidade da norma em um quesito não pode ser usada para justificar a não utilização pela Administração dos mecanismos de controle nela contidos, bem como outros julgados necessários, para fiscalizar e controlar a concessão do benefício, já que os gestores têm o dever de zelar pela boa e correta aplicação dos recursos, utilizando-se dos mecanismos de controle a seu dispor.*

**d) Alegação:** *Aduz não ter recebido nenhuma sugestão, orientação, recomendação ou decisão do egrégio Tribunal de Contas que apontasse a fragilidade da Portaria n° 023/1995-CBMDF, ou ainda, notificação do Ministério Público acerca de sua ineficácia durante o período em que foi Comandante da Corporação. Acrescenta não haver recebido dos órgãos subordinados que fazem parte da estrutura organizacional nenhuma informação de desvio de conduta dos militares que receberam a indenização de transporte, nem tampouco denúncia do Ministério Público, de outros órgãos públicos, da população ou da imprensa. Aduz, ainda, que não se pode considerar que uma instituição com 6.600 integrantes na ativa e mais os inativos seja pequena.*

Análise: *Essas afirmações são genéricas e nada acrescentam a seu favor. Ademais, competia ao Comandante-Geral a verificação da eficácia dos dispositivos aplicados no intuito de coibir possíveis fraudes na concessão da indenização de transporte quando da passagem dos militares para a inatividade. Cabia a ele, também, nomear os diretores dos órgãos subordinados, em particular o Diretor de Inativos e Pensionistas - DIP, conforme o art. 8° do Decreto n° 16.036/1994<sup>5</sup>, e exigir deste tanto o cumprimento e a observância da legislação que regia a matéria, quanto a utilização dos instrumentos de controle existentes.*

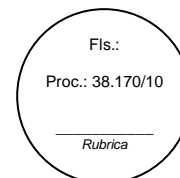
**e) Alegação:** *Afirma que todas as concessões e os pagamentos de indenização de transporte em razão de passagem para a inatividade de militares do CBMDF, no período de 03/10/1997 a 02/01/1999, cumpriram rigorosamente os dispositivos legais vigentes.*

Análise: *Ante a documentação acostada aos presentes autos e os achados de auditoria no Processo n° 394/2000, resta claro ser improcedente tal afirmação.*

*Ressalte-se, ainda, a existência de diversos processos em trâmite nesta Corte, instaurados em decorrência de situação similar, cujo Comandante à época da concessão era o defendente, tais como os Processos n°s 33.461/2010, 9.356/2011, 10.431/2011, 12.094/2011 e 21.719/2011, para citar apenas alguns.*

**f) Alegação:** *Relata o procedimento de tramitação do processo de*

<sup>5</sup> Art. 8° - As Diretorias e a Ajudância-Geral serão dirigidas, preferencialmente, por oficiais do último posto do QOBM/Comb., nomeados pelo Comandante-Geral.



*concessão de indenização de transporte em razão da passagem para a inatividade de militar do CBMDF até sua publicação em Boletim Geral, ocasião em que era frisado que as correspondências seriam remetidas mediante AR aos endereços para os quais os beneficiários informaram haver se mudado. Além disso, o requerente assinava declaração de que tinha pleno conhecimento do contido no Decreto nº 986/1993, responsabilizando-se pelas informações prestadas, bem como da notificação do Comandante-Geral contendo o detalhamento das condições para o recebimento e manutenção dos benefícios. Assim, afirma que foram cumpridos todos os requisitos legais para a concessão da indenização, dando conhecimento aos militares das condições de recebimento e suas possíveis consequências, em caso de não cumprimento.*

Análise: *A simples instituição de documentos, tais como as referidas declaração e notificação, não basta para coibir fraudes quando não são colocados em prática os mecanismos de controle neles estabelecidos, bem como aqueles constantes das normas afetas à matéria. O administrador público tem o dever de ser diligente com a coisa pública e isso, como foi demonstrado, não ocorreu no caso em tela.*

*Cabe destacar que, conforme consignado nos autos, os documentos apresentados pelo beneficiário, tanto ao tempo da solicitação do benefício quanto posteriormente, fls. 68/70\* e 83/85\*, não comprovam a efetiva mudança de residência do beneficiário para Tabatinga/AM. Também seria motivo de estranheza o fato de o prazo de início do contrato de aluguel ser em 01/09/1998, fl. 68\*, e a conta de água da Companhia de Saneamento do Amazonas apresentada para comprovação de fixação de residência fazer referência ao mês de fevereiro de 1998, fl. 85\*.*

*Ademais, o fato de diversos militares terem escolhido a Região Norte do Brasil para fixação de residência, conforme apontado no § 11 da Informação nº 92/2011, fl. 12, deveria ter alertado os gestores para agirem com maior cautela e atenção na verificação da documentação apresentada inicialmente e no acompanhamento do atendimento das exigências contidas na legislação por parte do beneficiário. O defendente, como gestor e ordenador de despesa da Corporação, tinha a obrigação de zelar pela correta aplicação das verbas públicas. No entanto, sua conduta omissiva permitiu o pagamento indevido da indenização em tela, bem como permitiu a concessão indiscriminada desse benefício.*

**g) Alegação:** *Discorre acerca da doutrina do bombeiro-militar no tocante à moralidade, alegando que os deferimentos das indenizações de transporte em razão da passagem para a*

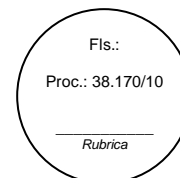
---

\* Processo nº 010.001.574/2006, apenso.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- AZ/LV/LA



*inatividade seguiram sempre a lógica de que todos os beneficiários cumpriram a legislação e que os órgãos subordinados exerceriam sua missão.*

Análise: O Comandante-Geral do CBMDF, como gestor e ordenador de despesa da Corporação, não pode guiar-se por suposições acerca das intenções dos beneficiários, tendo a obrigação de zelar pela correta aplicação das verbas públicas. Competia a ele, também, cumprir as exigências legais na concessão e no controle do benefício, bem como elaborar dispositivos que considerasse mais eficazes para o cumprimento de tais obrigações. No entanto, sua conduta omissiva permitiu o pagamento indevido da indenização em tela, bem como a concessão indiscriminada desse benefício, que pode ser verificada em diversos processos existentes na Corte, conforme exemplos apontados na análise da alínea “e”.

**h) Alegação:** Destaca o cuidado preventivo que ele e o Diretor de Inativos e Pensionistas tiveram com a consignação das penalidades previstas em lei na publicação da concessão em Boletim Geral, na declaração e na notificação mencionadas anteriormente.

Análise: A simples consignação das penalidades previstas em lei em documentos tais como os citados pelo defendente não basta para coibir fraudes quando não são colocados em prática os mecanismos de controle neles estabelecidos. A atuação do gestor deve ser tanto preventiva quanto corretiva em seu dever de ser diligente com a coisa pública e isso, como demonstrado, não ocorreu no caso em tela.

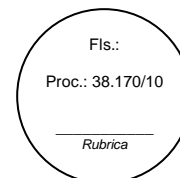
**i) Alegação:** Tece considerações acerca dos princípios éticos e morais que nortearam toda a sua carreira militar, ressaltando que, em sua gestão, o CBMDF passou pelas transformações necessárias e empenhou-se no atendimento à população brasiliense, em que pese a escassez de recursos financeiros.

Com o objetivo de demonstrar sua probidade e proficiência administrativa, alega que, no período de 03/10/1997 a 02/01/1999, as recomendações do TCDF foram por ele cumpridas integralmente, razão pela qual todas as prestações de contas e as decisões do Tribunal lhe foram favoráveis. Ademais, nos cargos de Secretário Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional e de Presidente do Conselho de Administração da Companhia Docas do Pará, exercidos após passar para a reserva remunerada, teve suas contas julgadas regulares pelo TCU, no período de 2003 a 2008.

Análise: As alegações acerca dos princípios, transformações ocorridas na Corporação e cumprimento de recomendações são genéricas e não socorrem o defendente no presente caso. Quanto à alegação de que “todas as prestações de contas e as decisões do TCDF lhe foram favoráveis”, cabe consignar a existência de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- AZ/LV/LA



*diversos processos em trâmite nesta Corte nos quais o defendente foi chamado para apresentar razões de justificativa ou mesmo se defender em razão da constatação de situações análogas à tratada nestes autos, conforme salientado na análise da alínea “e”, retro.*

*No que tange aos julgamentos pelo TCU citados pelo defendente, eles não podem ser aproveitados neste caso, por constituírem-se matéria totalmente diversa. Demais disso, as questões tratadas nestes autos estão sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Distrito Federal e os feitos são independentes e não guardam correlação.*

**j) Alegação:** *Afirma que serviu à Corporação sob o princípio da moralidade e que, ao longo de sua carreira, não se utilizou do artifício da omissão para encobrir qualquer desvio de conduta.*

*Alega não ter tido tempo hábil para fazer frente a todas as demandas administrativas e consolidá-las e que a sua exoneração impossibilitou a derradeira constatação do benefício concedido.*

*Reafirma não ter tido conhecimento do não cumprimento legal por parte dos militares beneficiários e nem ter sido informado sobre qualquer irregularidade pelos órgãos subordinados.*

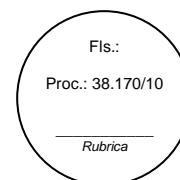
*Informa que não recebeu recomendações do TCDF para adoção de providências cabíveis nem denúncias do Ministério Público e de outros órgãos públicos e privados.*

Análise: *A alegação de falta de tempo para enfrentar todas as demandas administrativas e consolidá-las, ao tempo em que estava no Comando da Corporação, assim como as demais, as quais já foram analisadas anteriormente, não socorrem ao defendente no caso em tela.*

**k) Alegação:** *Aduz que a inexistência de acervo documental do período de 1997 e 1998 na Seção de Arquivo da Diretoria de Inativos e Pensionistas do CBMDF, conforme documento de fl. 48, impede a apresentação de todas as orientações por escrito, ordens e memorandos de sua parte para o titular daquela Diretoria.*

Análise: *O defendente não menciona qual seria o teor desses documentos. Ademais, os elementos que compõem os autos são suficientes para caracterizar a conduta omissiva do defendente em comprovar a autenticidade das informações prestadas pelo beneficiário e em adotar as providências e mecanismos necessários para comprovar a regularidade do aludido benefício.*

**l) Alegação:** *Alega não ter sido cúmplice de desvios de conduta de militares subordinados nem autor de qualquer legislação que venha propiciar malfeitos. Também afirma ter ficado claro que não praticou conduta omissiva, muito menos foi conivente.*



*Por fim, solicita a revisão da decisão adotada pelo TCDF e o aguardo do desfecho do processo administrativo a ser realizado pela Corporação.*

Análise: A responsabilidade do beneficiário foi devidamente apurada nos autos, sendo o mesmo citado para apresentar defesa ou ressarcir ao erário o valor do benefício percebido indevidamente. No caso do defendente, seu chamamento aos autos tem motivação diversa, isto é, a conduta omissiva identificada na concessão indevida de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte.

*Ressalte-se que o justificante não foi acusado de ter tomado parte no cometimento de fraude. No entanto, por todo o exposto, sua conduta deve ser considerada omissa, pois permitiu o pagamento indevido da indenização em tela, bem como a concessão indiscriminada desse benefício, que pode ser verificada em diversos processos existentes na Corte, conforme apontado na análise da alínea “e”.*

*No que tange à legislação, caso o defendente houvesse verificado qualquer fragilidade da norma, caberia a ele, como Comandante-Geral da Corporação, a verificação da eficácia dos dispositivos aplicados no intuito de coibir possíveis fraudes na concessão da indenização de transporte quando da passagem dos militares para a inatividade e a elaboração de outros que considerasse mais eficazes para o cumprimento de tal obrigação, conforme incisos I e II do art. 47, do Decreto 16036/1994<sup>6</sup>.*

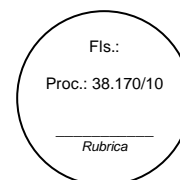
*Não há que se falar em desfecho do processo administrativo, pois não houve apresentação por parte da corporação militar de abertura de processo disciplinar ou sindicância para apuração das irregularidades apontadas e imputadas aos militares indicados neste processo. Com isso, conforme as Decisões nºs 5830/2012 e 5843/2012, este Tribunal deve reiterar ao CBMDF a necessidade de abertura de processo disciplinar, seja sindicância ou inquérito administrativo.*

*Por todo o exposto, entendemos improcedentes as alegações de defesa apresentadas pelo ex-Comandante-Geral do CBMDF.*

**I.2 - Do Ten-Cel QOBM Kleber Francisco de Oliveira Correia – fls. 82/86 e anexos de fls. 87/91.**

**a) Alegação:** Ressalta que seu chamamento aos autos ocorreu pela conduta omissiva em relação à concessão de indenização de transporte ao CBM Ref. Luís Cláudio Rodrigues da Silva. Aduz que sua participação no ato ocorreu quando, em substituição ao Diretor de Inativos e Pensionistas, assinou a Informação nº

<sup>6</sup> “Art. 47 - Ao Comandante-Geral, além das atribuições previstas na legislação em vigor, cabe:  
I - planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades da Corporação;  
II - praticar os atos administrativos necessários ao perfeito funcionamento da Corporação;”



*346/1998-DIP, fl. 87. Indica, ainda, que sua atuação observou o estrito cumprimento do dever legal e pugna que não teve intenção de favorecer o requerente e que não o conhecia à época e nem nos dias de hoje.*

Análise: Quanto ao estrito cumprimento do dever legal, registramos que o servidor público deve, em primeira análise, observar ao princípio da indisponibilidade do interesse público, princípio que se encontrava em claro confronto com a intenção do militar indenizado em requerer um benefício ao qual não fazia jus. Essa situação deveria gerar conduta mais proativa por parte dos gestores do CBMDF na fiscalização da concessão da verba indenizatória.

Notadamente, conforme se depreende dos autos, essa fiscalização não ocorreu, pois a concessão do benefício ocorreu com base em documentos que não demonstravam a efetiva transferência de domicílio do solicitante e não houve a comprovação de fixação de residência requerida pela notificação de fl. 82\*, caracterizando a falta de cautela e atenção dos gestores na verificação da documentação apresentada inicialmente, bem como no acompanhamento do atendimento das exigências contidas na legislação por parte daquele militar.

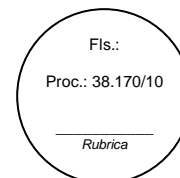
Com isso, a responsabilidade do gestor na concessão irregular do benefício resta clara, visto que o mesmo opinou pelo deferimento da solicitação, conforme fl. 67\*, com esteio em documentação incontestavelmente insuficiente para comprovar a efetiva mudança de domicílio, durante o impedimento do titular.

**b) Alegação:** O defendente aventa que havia a necessidade de comprovação posterior da mudança de residência, dentro de um prazo de 90 dias após a transferência de domicílio; que a Diretoria de Inativos e Pensionistas efetuava o acompanhamento dos prazos para entrega da documentação comprobatória e que não se recorda de ter algum militar deixado de cumprir com essa obrigação. Salienta, ainda, que foi Subdiretor de Inativos e pensionistas entre 10/03/1998 a 23/12/1998 e que, pelo pouco tempo que permaneceu no cargo de Subdiretor após a concessão da indenização, não poderia ser-lhe imputada conduta omissiva.

Análise: Para analisar a responsabilização do gestor no evento, devemos verificar se a conduta praticada concorreu para que a concessão irregular se efetivasse. Nesse sentido, resta claro que sem a conduta do defendente, o evento danoso não teria ocorrido, conforme consignado no parágrafo anterior, visto que, conforme verificado nos autos, os documentos apresentados pelo beneficiário, tanto ao tempo da solicitação do benefício quanto posteriormente, fls. 68/70\* e 83/85\*, não comprovam a efetiva mudança de residência para Tabatinga/AM.

---

\*Processo nº 010.001.574/2006, apenso.



*Além disso, o fato de diversos militares terem escolhido a Região Norte do Brasil para fixação de residência, conforme apontado no § 11 da Informação nº 92/2011, fl. 12, deveria ter alertado os gestores para agirem com maior cautela e atenção na verificação da documentação apresentada inicialmente e no acompanhamento do atendimento das exigências contidas na legislação por parte do beneficiário. O defendente, como Gestor do CBMDF, tinha a obrigação de zelar pela correta aplicação das verbas públicas. No entanto, sua conduta omissiva permitiu o pagamento indevido da indenização em tela, bem como permitiu a concessão indiscriminada desse benefício.*

*À fl. 86 o defendente requer que seja afastada a imputabilidade de conduta omissiva. No entanto, pelos motivos expostos acima, somos por considerar improcedentes as alegações de defesa apresentadas.*

**I.3 - Do CBM Ref. Luís Cláudio Rodrigues da Silva – fls. 92/106.**

**a) Alegação:** *Preliminarmente, o defendente alega que, em fiel cumprimento às exigências legais, fez anexar à época oportuna toda a documentação então considerada imprescindível para a concessão da indenização de transporte em razão de sua transferência para a inatividade, a qual já se encontra acostada aos autos.*

Análise: *Toda a documentação constante do processo de concessão do benefício foi devidamente examinada, sendo considerada insuficiente para comprovar a efetiva transferência de domicílio do defendente para Tabatinga /AM. Considerando que nenhum fato ou documento novo foi apresentado quanto a essa questão, entendemos improcedente a alegação.*

**b) Alegação:** *Afirma ter havido divergência na votação do Plenário, fato que deveria redundar em uma avaliação a favor do réu.*

Análise: *Primeiramente, cabe salientar que a divergência de posicionamento havida na votação não tem nenhuma relação com a responsabilidade pelo ressarcimento ao erário atribuída ao defendente. Ela se refere à possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 60 da LC nº 01/1994 e ao chamamento dos gestores para a apresentação de defesa.*

*Ressalte-se, ainda, que o fato de o Tribunal não decidir por unanimidade não enfraquece ou descaracteriza sua deliberação. O próprio Regimento Interno do TCDF prevê o resultado da votação por maioria, conforme estabelecido em seu art. 74:*

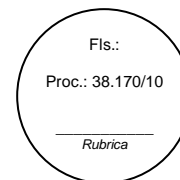
*“(…)*

*Art. 74. Encerrada a votação, o Presidente proclamará o resultado, que poderá ser por:*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- AZ/LV/LA



*I - unanimidade;*

*II - maioria; ou*

*III - desempate do Presidente.*

*(...)"*

**c) Alegação:** *Aduz existir nos autos afirmação no sentido da não existência de documentos que comprovem ter havido dolo na conduta do militar.*

Análise: *A par de não termos obtido êxito em localizar nenhuma afirmação nesse sentido, a documentação constante do processo de concessão do benefício foi devidamente examinada pela CTCE, pelo Controle Interno e pelo Tribunal, tendo a mesma sido considerada insuficiente para comprovar a efetiva transferência de domicílio do defendente para Tabatinga/AM. Ademais, com base nos documentos e resultados das apurações contidas nos autos há divergência na documentação apresentada para comprovação da fixação de residência, visto que o início do contrato de aluguel ocorreu em 01/09/1998, fl. 69\*, e a fatura da Companhia de Saneamento do Amazonas apresentada para comprovação de fixação de residência fazer referência ao mês de fevereiro de 1998, fl. 85\*.*

*Além disso, conforme consignado à fl. 108\*, restou comprovado que, durante o período em que o militar deveria estar em Tabatinga/AM, um de seus dependentes, que deveria ter acompanhado o militar para a cidade de destino, nascido em 1994, ou seja de apenas 4 anos, utilizou a Policlínica do CBMDF para realização de consulta médica. Situação fática que reforça a tese de que a mudança não ocorreu.*

*Portanto, corroboramos com o entendimento contido no parágrafo 14 da Informação nº 92/2011, fl. 13, e no Relatório nº 071/2009 – DIEXE II/SUTCE/SEOPS, fls. 153/171\*, no sentido de que existiu má-fé na conduta do militar indenizado, pois o mesmo não fixou residência na cidade de destino.*

**d) Alegação:** *Argumenta acerca dos 30 (trinta) anos de bons serviços prestados, sendo inclusive portador, ao longo da carreira, de numerosas referências elogiosas em sua ficha funcional.*

Análise: *A simples afirmação acerca do comportamento durante os anos de ativa na Corporação não isentam o defendente das irregularidades vistas nestes autos.*

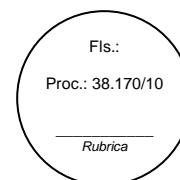
**e) Alegação:** *Alega o instituto da prescrição.*

\* Processo nº 010.001.574/2006, apenso.

\* Processo nº 010.001.574/2006, apenso.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- AZ/LV/LA



*Afirma ter havido atraso na comunicação do fato à Corte e, por essa razão, requer a apuração dos motivos que o acarretou, bem como a apuração da responsabilidade pelo mesmo, a fim de assegurar o direito de regresso contra o servidor que lhe deu causa.*

Análise: Sobre a alegada prescrição, cabe ressaltar que a matéria encontra-se pacificada no Tribunal no sentido de que as ações de ressarcimento de dívidas com a Administração Pública, decorrentes de prejuízos causados ao Erário, não são passíveis de prescrição, ante o disposto no art. 37, § 5º, "in fine", da Constituição Federal, consoante consignado nas Decisões nºs 5.374/1998 e 3.038/1999 (Processos nºs 7.094/1991 e 266/1990, respectivamente). Nesse sentido, entendemos improcedente a alegação do defendente.

No que se refere à questão do atraso, em razão de sua inexpressividade, o mesmo foi relevado pela Corte (item II da Decisão nº 1.997/2012), que não determinou nenhuma providência acerca da ocorrência. Ademais, ele não teve nenhuma influência, seja positiva ou negativa, na responsabilização do defendente.

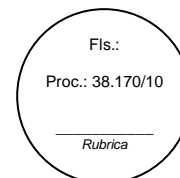
**f) Alegação:** Afirma não ter conseguido adaptar-se às condições de vida na cidade de Tabatinga/AM, razão pela qual retornou ao Distrito Federal. Observa a inexistência, à época, de qualquer dispositivo legal que exigisse prazo mínimo de permanência no domicílio escolhido pelo militar, "deixando, portanto, a seu livre critério a escolha de qualquer outro que melhor viesse atender sua conveniência".

Análise: Sua observação não procede, visto que a Portaria nº 023/1995-CBMDF, que regulamentava a matéria, exigia a comprovação de mudança de domicílio para o local indicado pelo requerente por ocasião da solicitação da indenização de transporte em razão da transferência para a inatividade. No que se refere à conclusão do defendente de que, por inexistência de previsão legal, seria deixada a seu critério a escolha de alteração para outra localidade, cabe salientar que o item V da aludida Portaria previa que, em caso de necessidade de outra mudança, o militar ficava obrigado a informar o motivo para tal e a declarar seu novo endereço, o que não ocorreu no caso em tela.

Ademais, de acordo com a notificação de fl. 82\*, assinada pelo defendente, este tinha a obrigação de, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o recebimento da indenização, remeter à Diretoria de Inativos e Pensionistas os comprovantes de fixação de residência, obrigação também não cumprida pelo militar.

---

\* Processo nº 010.001.574/2006, apenso.



**g) Alegação:** O defendente aduz que o direito de a Administração buscar o ressarcimento por parte do servidor já teria sido atingido pela decadência e pela prescrição quinquenal e cita o artigo 54 da Lei nº 9.784/1999<sup>7</sup>, alegando a inexistência de má-fé. Traz aos autos manifestações do Poder Judiciário sobre o assunto, onde foi levantada a incidência dos institutos em comento, e requer o arquivamento do feito, haja vista que a indenização lhe foi concedida no ano de 1998.

*Acrescenta que o ato jurídico perfeito é aquele que, sob o regime da lei vigente à época dos fatos, se formou apto para produzir seus efeitos pela verificação de todos os requisitos indispensáveis. Ou seja, o direito lhe pertence, já integra seu patrimônio, muito mais quando ele já foi exercido, como é o caso do notificado, que já percebeu a referida indenização no ano de 1998. Assim, alega que o presente ato quer fazer retroagir seus efeitos sobre o ato jurídico perfeito já praticado, violando desta forma o Princípio da Segurança Jurídica.*

Análise: Primeiramente, conforme salientado no exame da alínea “c”, retro, baseado na documentação acostada aos autos e nas análises precedentes, ficou devidamente caracterizada a má-fé e o ato doloso do defendente.

*Quanto à questão dos prazos para apuração de dano ao erário, cabe ressaltar que a matéria encontra-se pacificada no Tribunal. No que tange à decadência, o entendimento é no sentido de que é “inaplicável o artigo 54 da Lei Federal nº 9.784/1999, recepcionada no Distrito Federal pela de nº 2.834/2001, para obstar o exercício do controle externo a cargo do Tribunal de Contas do Distrito Federal em razão dos argumentos esposados pelo Relator, especialmente pelo constante nos artigos 70, 71 e 75 da Constituição Federal e nos artigos 77 e 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal (Decisão nº 1.675/2003 adotada no Processo nº 497/2002). No que se refere à prescrição, o entendimento é no sentido da imprescritibilidade do ressarcimento, conforme consignado na análise da alínea “e”, retro. Nesse sentido, entendemos improcedente a alegação do defendente.*

*Também não há que se falar em ato jurídico perfeito e em segurança jurídica neste caso, uma vez que a documentação apresentada pelo defendente para obter o benefício não evidencia a efetiva mudança de domicílio, em desacordo com a legislação vigente à época, e o militar tampouco apresentou documentos que comprovassem a fixação de residência, conforme exigência contida no termo de fl. 82\*.*

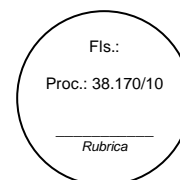
<sup>7</sup> Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á do primeiro pagamento. (grifo nosso)

Processo nº 010.001.574/2006, apenso.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- AZ/LV/LA



**h) Alegação:** Aduz que, pelos documentos juntados aos autos e pelas provas consubstanciadas, teria restado totalmente comprovado o recebimento de boa-fé, não podendo a administração pública querer cobrar tal valor do defendente alegando prejuízo, mesmo tendo ele cumprido todas as exigências legais à época.

Invoca, ainda, a Lei nº 10.486/2002, em que ficou estabelecido que o militar que passasse à inatividade teria direito a quatro vezes o valor da remuneração sem necessidade de comprovação de mudança para outros Estados, assegurando esse direito a todos os militares que passassem para a inatividade. Traz decisões do Poder Judiciário acerca da não obrigação em devolver valores recebidos de boa-fé, em decorrência de interpretação equivocada ou de má aplicação da lei por parte da Administração.

Análise: Como consignado no exame da alínea “c”, retro, dos documentos e apurações contidos nos autos ficou caracterizada a má-fé e o ato doloso do defendente. Portanto, não há que invocar os posicionamentos jurídicos que tratam de percepções de boa-fé. Ademais, não ficou demonstrada a ocorrência de interpretações errôneas da legislação e sim o não atendimento aos requisitos legais. Finalmente, a edição de normativo em 2002, alterando alguns procedimentos, não retroage ao ocorrido em 1998.

**i) Alegação:** Ao final, o defendente protesta pelo provimento das pretensões a ele favoráveis, sobretudo no sentido de acolher a improcedência da acusação indevida.

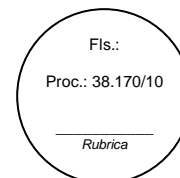
Análise: Por todo o exposto, a nosso ver, o defendente não trouxe qualquer fato novo ou justificativa que pudesse comprovar a não-ocorrência das irregularidades vistas nos autos e a ele atribuídas. Nesse sentido, entendemos improcedentes as alegações de defesa apresentadas pelo CBM Ref. Luis Cláudio Rodrigues da Silva.

## **II – Das Conclusões**

6. Entendemos que o TCDF deve, no mérito, considerar improcedente a defesa do CBM REf. Luís Cláudio Rodrigues da Silva, apresentada em face do contido no item III da Decisão nº 1997/2012. Nesse sentido, proporemos sua cientificação, por seu Representante Legal, para recolhimento do débito que lhe fora imputado, no valor de R\$ 108.368,99, atualizado para novembro/2012, fl. 108. Com relação às demais penalidades cabíveis à espécie, (arts. 56 e 60 da LC nº 1/94), quais sejam, a aplicação de multa e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, deixaremos de propô-las nesta oportunidade, haja vista que os juros de mora alcançam montante bastante superior ao valor original do dano, o que, por si só, produziria o efeito pedagógico pretendido pela Corte.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- AZ/LV/LA



7. No que tange ao Coronel QOBM R.Rm Jorge do Carmo Pimentel, por todo o exposto, somos por que a Corte considere improcedentes as alegações de defesa por ele apresentadas. Não obstante, cabe ressaltar que o que se constata nos autos é uma atitude omissiva no controle das concessões dos benefícios e não uma atuação dolosa, como verificado no caso do beneficiário, não tendo, ainda, o defendente se locupletado da indenização de transporte indevida. Assim, em nosso entendimento, o oficial retronominado não deve responder solidariamente pelo prejuízo.

8. Ademais, foi sugerido nos Processos nºs 10.512/2011 e 11.420/2011, respectivamente, que a Corte fixasse o valor da multa estabelecida no art. 57, incisos II e III, da LC nº 1/1994, a ser imputada ao militar retromencionado, e, dada à gravidade das irregularidades ocorridas, inabilitasse-o para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do DF, nos termos do art. 60 da mencionada lei. A nosso ver, punir o aludido gestor em outros autos por igual motivo, seria penalizá-lo duplamente pela mesma razão. Nesse sentido, entendemos que o Tribunal poderia deixar de aplicar-lhe sanção nestes autos, em vista do já proposto nos citados processos. Dessa forma, por isonomia de tratamento e a fim de evitar o "bis in idem", optamos por deixar de fazer quaisquer proposições envolvendo esse militar, nos presentes autos.

9. No que tange ao Ten-Cel QOBM Kleber Francisco de Oliveira Correia, também somos por que a Corte considere improcedentes as alegações de defesa por ele apresentadas. Por sua vez, assim como o militar mencionado no parágrafo 7, o defendente não se beneficiou do valor da indenização de transporte de que tratam estes autos, sendo responsabilizado por sua conduta omissiva, ao deixar de observar a legislação de regência e não exigir a documentação comprobatória da efetiva transferência de domicílio do beneficiário. Nesse sentido, a imputação do débito ao defendente também nos parece desproporcional à falta cometida, motivo pelo qual entendemos suficiente, no presente caso, a inabilitação do militar para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do DF, nos termos do art. 60 da LC nº 1/1994. Ainda, como adotamos posicionamento de não responsabilizar o mencionado gestor pelo débito, também, mostra-se descabida a aplicação da multa prevista no art. 56 da referida LC."

9. Concluindo, o Corpo Técnico sugere que o Tribunal:

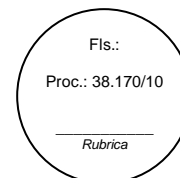
*I. tome conhecimento dos documentos de fls. 31/32, 36 e 108, bem como das defesas acostadas às fls. 37/47 e anexos de fls. 48/81; às fls. 82/86 e anexos de fls. 87/91; e às fls. 92/106;*

*II. considere improcedentes as alegações de defesa do militar nominado no parágrafo 6 desta instrução, apresentada em razão da citação ordenada pelo item III da Decisão nº 1997/2012,*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- AZ/LV/LA



*cientificando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante determina o art. 13, § 1º, da Lei Complementar nº 01/1994, recolher o débito que lhe fora imputado, no valor de R\$ 108.368,99, atualizado para novembro/2012, referente ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade;*

*III. considere improcedentes as alegações de defesa do militar nominado no parágrafo 7 desta instrução, apresentadas em face da citação ordenada pelo mesmo tópico da decisão mencionada no item precedente, deixando, contudo, de responsabilizá-lo nos presentes autos, em face dos indicativos de multa por idêntica razão e de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, prevista no art. 60 da LC nº 1/1994, apresentados nos Processos nºs 10.512/2011 e 11.420/2011, respectivamente;*

*IV. considere improcedentes as alegações de defesa do militar nominado no parágrafo 9 desta instrução, apresentadas em face da citação ordenada pelo mesmo tópico da decisão mencionada no item II precedente, tendo como graves as irregularidades ocorridas em decorrência da conduta omissiva do responsável, inabilitando-o, por um período de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do DF, nos termos do art. 60 da LC nº 1/1994.*

*V. reitere ao CBMDF os termos do item IV, alínea “a”, da Decisão nº 1997/2012, considerando o contido no item V das Decisões nºs 5830/2012 e 5843/2012, quanto à abertura de procedimento disciplinar, seja sindicância ou inquérito administrativo, para apurar as irregularidades cometidas pelos militares nominados nos parágrafos 6, 7 e 9, desta instrução;*

*VI. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.”*

## MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

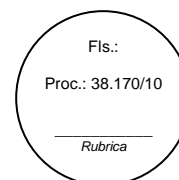
10. O Ministério Público, por meio do Parecer nº 120/13 da lavra da Drª. CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA (fls. 133/134v.), diverge da Instrução. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

*“6. Os autos vieram ao MPCDF para parecer.*

*7. Quanto ao exame das defesas apresentadas, não há reparos ou acréscimos a serem feitos pelo MPCDF. No entanto, o*



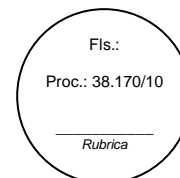
**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- AZ/LV/LA



*encaminhamento proposto pelo Corpo Técnico não conta com a aquiescência deste Parquet.*

*8. Nessas condições, tendo como improcedentes as defesas, esta Procuradora opina pela imputação solidária do débito, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 56 e 60 da Lei Complementar 01/94, mesmo porque a citação continha esses fundamentos.”*

É o Relatório.



## VOTO

11. A questão tratada nestes autos refere-se ao pagamento de Indenização de Transporte a militares por ocasião de sua passagem para a inatividade (reserva). Tais pagamentos revelaram-se irregulares na medida em que os beneficiados não transferiram os respectivos domicílios. Assim, várias Tomadas de Contas Especiais foram instauradas, tanto no Corpo de Bombeiros Militar do DF quanto na Polícia Militar do DF, a exemplo da que aqui se cuida.

12. No Tribunal o assunto vem sendo discutido há muito tempo, gerando diversas deliberações. Entretanto, conforme se verifica das últimas assentadas, o entendimento foi **uniformizado** no sentido de se isentar de penalidades os dirigentes das Corporações (Comandante Geral e Diretor de Inativos e Pensionistas – DIP), julgar irregulares as contas do beneficiário do pagamento indevido, condenando-se ao ressarcimento dos valores recebidos **apenas** o beneficiário. Se a conduta foi comprovadamente dolosa, a restituição será acrescida de juros de mora (art. 1º, inciso II, alínea “a” da ER nº 13/2003), recebendo ainda, a pena acessória de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Distrital pelo prazo de 5 (cinco) anos. Com efeito, nesse sentido foram proferidas as seguintes Decisões de nºs 5.663/13-CAM, 5.668/13-CAM, 5.752/13-CPT, 5.781/13-CMA e 5.782/13-CMA.

13. Registre-se, por oportuno, que o valor original recebido pelo servidor militar ao ser transferido para a reserva remunerada, em 17.11.1998, foi de R\$ 17.298,76. Com a conclusão das apurações, em 9.11.2012, houve a atualização monetária (R\$ 23.137,43) e a incidência de juros de mora desde 17.11.1998 (R\$ 67.932,80), o que totaliza R\$ 108.368,99 até 9.11.2012 (doc. à fl. 108).

Assim, em consonância com o entendimento desta Corte, VOTO no sentido de que o Tribunal:

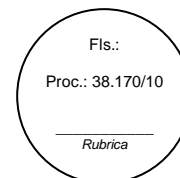
I. tome conhecimento das defesas apresentadas:

a) pelo Cel. QOBM R.Rm Jorge do Carmo Pimentel, ex-Comandante Geral do CBMDF e pelo TC QOBM/Comb. Kleber Francisco de Oliveira Correia, ex-Diretor de Inativos e Pensionistas do CBMDF (fls. 37/47 e 82/86) para, no mérito, considerá-las procedentes;

b) pelo CBM Ref. Luis Cláudio Rodrigues da Silva, beneficiário com o pagamento indevido (fls. 92/106) para, no mérito, considerá-la improcedente;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- AZ/LV/LA



II. julgue, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei Complementar nº 1/94, irregulares estas contas especiais;

III. notifique o CBM Ref. Luis Cláudio Rodrigues da Silva para recolher aos cofres do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$ 108.368,99 (valor em 9.11.2012), que deverá ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos da ER nº 13/03;

IV. autorize, desde logo, caso não atendida a notificação do inciso anterior a adoção das providências descritas no art. 29 da Lei Complementar nº 1/94;

V. aplique ao CBM Ref. Luis Cláudio Rodrigues da Silva a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal pelo prazo de 5 (cinco) anos;

VI. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que submeto à apreciação do e. Plenário;

VII. autorize o encerramento da sindicância instaurada no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em face da determinação constante do inciso IV, alínea “a” da Decisão nº 1.997/12;

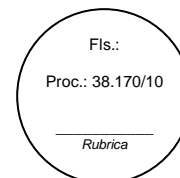
VIII. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências cabíveis.

Sala das Sessões, 30 de janeiro de 2014.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro-Relator**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- AZ/LV/LA



**ACÓRDÃO Nº \_\_\_\_/2014**

**Ementa:** Tomada de Contas Especial. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito ao responsável.

**Processo TCDF nº:** 38.170/10

**Apenso nº:** 010.001.574/2006

**Nome/Função/Período:** Luis Cláudio Rodrigues da Silva (CBM Ref., beneficiário do pagamento indevido)

**Órgão:** Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Representante do Ministério Público:** Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

**Síntese de impropriedades/falhas apuradas ou dano causador:** percepção de indenização de transporte, sem comprovação da transferência de domicílio

**Débito imputado aos responsáveis:** R\$ 108.368,99 (valor atualizado em 9.11.2012), acrescidos de juros e atualização monetária até a data da efetiva liquidação do débito.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS com fundamento nos arts. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, e 20, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar irregulares as contas em apreço e condenar o responsável a recolher ao Erário o valor que lhe é imputado, acrescido de juros e atualização monetária, conforme consta das disposições da Emenda Regimental nº 13/2003 c/c os da Lei Complementar nº 435/2001 até o dia do efetivo ressarcimento do dano, bem como determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos artigos 24, inciso III, 26, 27 e 29, do mesmo diploma legal e, desde logo, a remessa ao Ministério Público de Contas da documentação pertinente para adoção das providências previstas no artigo 99, inciso III, do Regimento Interno desta Corte.

**ATA da Sessão Ordinária nº \_\_\_\_\_ de 2014**

**Presentes os Conselheiros:** \_\_\_\_\_

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) \_\_\_\_\_

**Representante do MP presente:** Procurador(a) \_\_\_\_\_

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
**PRESIDENTE**

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**CONSELHEIRO - RELATOR**

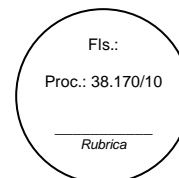
**Fui presente:**

**Representante do MP**





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- AZ/LV/LA



**ACÓRDÃO Nº \_\_\_\_/2014**

**Ementa:** Tomada de Contas Especial. Constatação de irregularidades. Audiência do responsável. Improcedência das justificativas apresentadas. Contas julgadas irregulares. Aplicação da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

**Processo TCDF nº:** 38.170/10

**Apenso nº:** 010.001.574/2006

**Nome/Função/Período:** Luis Cláudio Rodrigues da Silva (CBM Ref., beneficiário do pagamento indevido)

**Órgão:** Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Representante do Ministério Público:** Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

**Síntese de impropriedades/falhas apuradas ou dano causador:** percepção de indenização de transporte, sem comprovação da transferência de domicílio

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, acordam os Conselheiros, nos termos do Voto do Relator, com fundamento no artigo 60 da Lei Complementar nº 01/1994, de 9 de maio de 1994, em aplicar ao nominado responsável a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal pelo prazo de 5 (cinco) anos.

**ATA** da Sessão Ordinária nº \_\_\_\_\_ de 2014

**Presentes os Conselheiros:** \_\_\_\_\_

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) \_\_\_\_\_

**Representante do MP presente:** Procurador(a) \_\_\_\_\_

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
**PRESIDENTE**

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**CONSELHEIRO-RELATOR**

**Fui presente:**

**Representante do MP**